



## **DECRETO Nº 116**

*de 29 de agosto de 2017*

**Regulamenta a operacionalização das normas estabelecidas pela  
Lei 13.019/2014 quanto aos procedimentos de manifestações de  
interesse social e dá outras providências**

*GUILHERME ALVES MONTEIRO, Prefeito do Município de Jardim, Estado  
de Mato Grosso do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela  
Lei Orgânica do Município.*

**Considerando** que, as parcerias voluntárias a serem firmadas em mútua cooperação da Administração Municipal com organizações da sociedade civil visando à execução de ações de interesse público mediante termo de fomento, devem receber propostas que representem as necessidades da população;

**Considerando** que, a participação social é um direito do cidadão;

**Considerando** a importância da solidariedade e da cooperação para a promoção do desenvolvimento local e regional:

### **DECRETA:**

#### **Art. 1º..**

*As propostas a serem apresentadas ao Poder Público Municipal para realização de ações de interesse público a serem formuladas pelas organizações da sociedade civil, movimentos sociais ou cidadãos, para que se avalie a possibilidade de realizar chamamento público para/Celebrar parcerias serão regulamentadas por este Decreto.*

### ***Parágrafo único. .***

*Nos termos da Lei 13.019/2004 em seu art. 18, essas propostas constituem o Procedimento de Manifestação de Interesse Social -PMIS*

### ***Art. 2º..***

*O prazo para apresentação das propostas será em até 15 (quinze) dias a contar da publicação deste decreto.*

### ***Art. 3º..***

*As propostas devem ser dirigidas ao Conselho de Política Pública devendo conter a identificação do subscritor e a indicação do interesse público envolvido, contendo:*

#### ***I.***

*o diagnóstico da realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver;*

#### ***II.***

*a descrição da ação ou do projeto que se pretende realizar, as características gerais da intervenção, especificando o objeto e justificando sua relevância, indicando a viabilidade, o prazo para execução da ação ou para implantação do projeto, a contraprestação de serviços, entre outros elementos caracterizadores;*

#### ***III.***

*a estimativa dos custos e investimentos necessários, com detalhamento dos custos operacionais envolvidos, detalhando a parcela de cada colaborador;*

#### **IV.**

*os beneficiários da ação ou projeto proposto, as alterações que poderão advir com a intervenção proposta, e as vantagens a serem auferidas, os resultados esperados com a ação ou projeto e o custo/benefício;*

#### **V.**

*as informações sobre trabalhos similares já desenvolvidos/e concluídos e a descrição da experiência do proponente, se for o caso;*

#### **VI.**

*outros elementos que permitam avaliar a conveniência, a eficiência e o interesse público envolvidos na ação ou no projeto.*

#### **Art. 4º..**

*Recebida pelo Conselho Municipal de Política Pública- CMPP o Presidente deliberará sobre seu encaminhamento, ou não, à:*

#### **I.**

*Secretaria Municipal competente para verificar se preenche os requisitos estabelecidos neste Decreto e para análise e avaliação do caráter prioritário do projeto, segundo as diretrizes municipais vigentes;*

#### **II.**

*Secretária Municipal de Finanças para pronunciamento sobre a disponibilidade financeira e dotações orçamentárias.*

### **1º**

*As Secretarias Municipais e o CMPP poderão sugerir alterações na proposta visando o interesse público, bem como solicitar do autor da proposta a adequação do conteúdo desta para fins de subsidiar a análise.*

### **2º**

*As Secretarias Municipais deverão analisar as propostas no máximo em dez dias úteis e devolve-la ao CMPP.*

### **3º**

*O CMPP após receber o parecer das propostas das Secretarias deverá publicar todas as propostas que preenchem os requisitos deste Decreto, com parecer favorável ou não, em sua página na internet e convocar audiência pública para apresentação e sugestão sobre a viabilidade de execução das propostas, no prazo máximo de dez dias úteis;*

### **4º**

*O CMPP após a audiência pública deverá elaborar parecer favorável ou não da proposta, e deliberar sobre a aceitação ou não da proposta, considerando o interesse social e a viabilidade financeira, no prazo máximo de dez dias úteis;*

### **5º**

*Caso seja aprovada a proposta o CMPP encaminhará à Secretaria Municipal competente e à Secretaria Municipal de Fazenda para inclusão da proposta no projeto de lei orçamentária, com parecer contendo a abrangência da proposta, os valores aprovados e demais informações relevantes.*

## **6º**

*Caberá ao Conselho Municipal de Políticas Públicas CMPP dar ciência da deliberação favorável ou desfavorável ao proponente, indicando as condições de aprovação, como abrangência da proposta, os valores aprovados e demais informações relevantes.*

### **Art. 5º.**

*As PMIS aprovadas pelo CMPP serão incluídas no projeto de lei do orçamento municipal como proposta preliminar de ação ou projeto a ser realizada por cooperação mútua entre a administração municipal e organização da sociedade civil para posterior chamamento público, de acordo com o interesse público.*

### **Art. 6º.**

*A realização do Procedimento de Manifestação de Interesse Social não implicará necessariamente na execução do chamamento público, que acontecerá de acordo com os interesses e conveniência da administração.*

### **Art. 7º.**

*A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.*

### **Art. 8º.**

*A seleção de proposta de Manifestação de Interesse Social não gera direito de preferência ao autor e deverá ser submetida a processo de seleção através do chamamento público;*

**Art. 9º.**

*As instituições que já executam ações de interesse público mediante Termo de Colaboração ou Acordo de Cooperação com o Município não necessitam apresentar Proposta de Manifestação de Interesse Social, de que trata o art. 1º deste Decreto.*

**Art. 10 º.**

*Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrária.*

*Jardim-MS, 29 de Agosto de 2017.*

**GUILHERME ALVES MONTEIRO PREFEITO MUNICIPAL**

---

*Decreto Nº 116/2017 - 29 de agosto de 2017*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*